



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1606598 - SP (2019/0315546-2)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : ANTONIA TAVARES FERREIRA
ADVOGADO : MOACYR PADUA VILELA FILHO - SP228914
AGRAVADO : BANCO BRADESCO CARTÕES S.A
ADVOGADOS : MILTON FLAVIO DE ALMEIDA C. LAUTENSCHLAGER - SP162676
MATHEUS STARCK DE MORAES - SP316256

EMENTA

PROCESSO CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA C/C INDENIZAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. RECURSO ESPECIAL. **INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPD**. INVIABILIDADE DE REEXAME DAS PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL

DECISÃO

ANTÔNIA TAVARES FERREIRA (ANTÔNIA) promoveu contra BANCO BRADESCO CARTÕES S.A, ação declaratória c/c indenização por danos morais sustentando que houve a negativação indevida de seu nome em órgãos de proteção ao crédito por dívida inexistente.

O pedido foi julgado improcedente, condenando-se ANTÔNIA ao pagamento de 10% do valor corrigido da causa por litigância de má-fé (e-STJ, fls.183/193).

Interposta apelação por ANTÔNIA, o Tribunal de Justiça de São Paulo negou-lhe provimento, em acórdão relatado pelo Excelentíssimo Des. ACHILE ALESINA, assim ementado:

DECLARATÓRIA – sentença de improcedência – recurso da autora - banco de dados - réu que apresenta documentos bastantes para comprovar a relação jurídica e a dívida – art. 373, II, do CPC – contratação livre na forma (art. 107 do CC) - dívida que persiste - licitude da negativação do nome da autora – réu que agiu no exercício regular de direito - condenação da autora ao pagamento de multa por litigância de má-fé – pretensão ao afastamento – impossibilidade – nítido caráter temerário e contra fato incontroverso – fixação de honorários recursais - sentença mantida - recurso não provido (e-STJ, fl. 227).

Inconformada, ANTÔNIA interpôs recurso especial com base no art. 105, III, a, da Constituição Federal apontando violação do art. 80 do NCPC alegando, em síntese, que em momento algum pretendeu a declaração de inexistência da dívida, mas tão somente a irregularidade da negativação de seu nome em órgãos de proteção ao crédito, não havendo que se falar em litigância de má-fé, pois exerceu seu direito de ação.

Em juízo de admissibilidade, a presidência da seção de direito privado do Tribunal de Justiça de São Paulo inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Contraminuta apresentada (e-STJ, fls. 274/278).

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

O Tribunal Paulista condenou ANTÔNIA ao pagamento de multa por litigância de má-fé, nos seguintes termos:

Quanto ao afastamento da litigância de má-fé, é de ser improvida. Para a caracterização de litigância de má-fé é de mister seja ela processual e é o que ocorre no presente recurso. Como acima explanado, restou demonstrada a alteração da verdade dos fatos, para a consecução de objetivo ilegal. Aplicável, portanto, o inciso II do art. 80 do CPC. Evidente o caráter temerário contra fato incontroverso e provocando manifesta desnecessidade em movimentar a máquina judiciária. E quem assim age não merece credibilidade. A apelante tornou inverossímeis (ou ao menos dificultou sobremaneira tal credibilidade) suas próprias alegações. Toda essa incongruência dela apelante lhe valeu a condenação por litigância de má fé (e-STJ, fl. 230).

Conforme se nota, a conclusão alcançada pela Corte estadual para aplicação da multa por litigância de má-fé, se deu com fulcro nas circunstâncias fáticas e nas provas carreadas aos autos, sendo inviável o seu reexame na estreita via do recurso especial, consoante o teor da Súmula nº 7 do STJ.

Nesse sentido, confirmam-se os precedentes:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. INTERPOSIÇÃO VIA CORREIO ELETRÔNICO (E-MAIL). INADMISSIBILIDADE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

2. A jurisprudência desta Corte de Justiça firmou o entendimento de não ser admissível recurso interposto via correio eletrônico (e-mail).

3. Não há como excluir a imposição de multa por litigância de má-fé quando tal providência demandar o reexame do contexto fático-probatório, como na hipótese.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1.752.927/CE, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 15/10/2018)

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

MAJORO em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de FULANO DE TAL, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC, observado, se o caso, o art. 98, § 3º do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO
Relator